



## BC Correio

057560001.ZAQUEUP  
23/08/2024 19:06Tipo: Instrução normativa  
bcb

Número: 124267729

De: DESIG

Enviado por: DESIG.RONDON

Enviado em: 23/08/2024 15:52:30

Para: GERAL

Assunto: INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB N° 505

## INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB N° 505, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Instrução Normativa BCB n° 142, de 16 de agosto de 2021, que divulga os procedimentos para a remessa de demonstrações financeiras pelas instituições em regime de liquidação extrajudicial, de que trata a Resolução BCB n° 13, de 9 de setembro de 2020.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - Desig e o Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora - Derad, no uso da atribuição que lhes confere o art. 23, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, divulgado por meio da Resolução BCB n° 340, de 21 de setembro de 2023, com base, respectivamente, nos arts. 85, inciso I, alínea "b" e 100, inciso III, alínea "b", item 1 do referido Regimento, e considerando o disposto na Resolução BCB n° 13, de 9 de setembro de 2020,

## R E S O L V E M:

Art. 1° Passam a vigorar, a partir da data-base de janeiro de 2025, as novas versões das instruções de preenchimento e dos leiautes dos documentos de código 4090 - Balancete Especial de Substituição do Liquidante e 4096 - Balanço de Abertura do Regime de Liquidação Extrajudicial, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/leiautedocumentoscrd>, com as seguintes modificações:

I - alteração das rubricas contábeis do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - Cosif, conforme definido nas Instruções Normativas BCB ns. 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433, todas de 1° de dezembro de 2023; e

II - alteração do formato de remessa dos documentos elencados no *caput* para XML (*Extensible Markup Language*).

Art. 2° A Instrução Normativa BCB n° 142, de 16 de agosto de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2° As instituições a que se refere o art. 1° devem utilizar os títulos contábeis previstos no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - Cosif, definido nas Instruções Normativas BCB ns. 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433, todas de 1° de dezembro de 2023, destinados às empresas em liquidação extrajudicial, sendo que:

.....  
....." (NR)

Art. 3º O anexo à Instrução Normativa BCB nº 142, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“.....  
.....  
.....  
.....

Formato de Remessa: XML (*Extensible Markup Language*).

Validação da Remessa: Antecipada.

Esquema de Validação da Remessa: XSD (*XML Schema Definition*).

Elementos Adicionais para Remessa: Leiaute em formato XML, esquemas de validação XSD, programa validador e instruções de preenchimento, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/leiautedocumentoscrd>.

Endereço eletrônico para solução de dúvidas sobre a remessa e preenchimento dos documentos: [derad.digep@bcb.gov.br](mailto:derad.digep@bcb.gov.br).” (NR)

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

ANDRÉ MAURÍCIO TRINDADE DA ROCHA  
Chefe do Desig

CLIMERIO LEITE PEREIRA  
Chefe do Derad

#### **N O T A**

Os documentos contábeis 4090 - Balancete Especial de Substituição do Liquidante e 4096 - Balanço de Abertura do Regime de Liquidação Extrajudicial, criados com base na Resolução BCB nº 13, de 9 de setembro de 2020, e disciplinados pela Instrução Normativa BCB nº 142, de 16 de agosto de 2021, são elaborados pelas instituições em regime de liquidação extrajudicial e devem ser remetidos a esta Autarquia nos termos do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

2. A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, concluíram o processo de harmonização das normas contábeis previstas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) com o pronunciamento internacional IFRS 9 - *Financial Instruments* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

3. Para permitir que a escrituração contábil no plano de contas do Cosif esteja alinhada com os critérios e os procedimentos contábeis estabelecidos nas regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, houve a necessidade de se alterar as rubricas do referido plano contábil, o que culminou na edição das Instruções Normativas BCB ns. 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433, todas de 2023. Com a edição dessas INs, as rubricas contábeis do Cosif,

passaram a contar com mais um nível, passando dos atuais 5 níveis para 6, o que está sendo chamado de Cosif versão 1.5. Como consequência direta dessa alteração, faz-se necessário alterar os documentos 4090 e 4096 para que possam refletir o novo elenco de contas.

4. Outra consequência direta é a necessidade de reestruturar o Sistema Cosif, que recebe e processa os documentos contábeis, entre eles, os documentos 4090 e 4096.

5. Os documentos contábeis 4090 e 4096 ainda são confeccionados pelas IFs no formato TXT (texto), um formato em desuso. A manutenção de documentos no formato TXT representa um custo adicional não só para o Banco Central como para as instituições. Isso porque, a quase totalidade dos demais documentos elaborados e remetidos para esta Autarquia estão no formato XML (*eXtensible Markup Language*), um formato que já é de domínio das instituições e que representa uma enorme evolução em relação ao TXT, sendo um formato em padrão aberto, estruturado e de fácil leitura tanto para pessoas quanto por computadores, além de permitir validação de conteúdo, o que torna o teste do documento mais efetivo e simples de ser realizado.

6. Devido a restrições, em especial de tempo e pessoal, a necessária alteração dos módulos TXT e XML do Sistema Cosif provavelmente comprometeria o prazo de janeiro de 2025, acordado para a entrada em vigor do Cosif versão 1.5. Dessa forma, para viabilizar a leitura do novo plano de contas decidiu-se alterar apenas o módulo de leitura dos arquivos XML do Sistema Cosif.

7. Assim, a partir da data-base de janeiro de 2025, aproveitando que as instituições já deverão alterar a geração dos documentos 4090 e 4096 para o novo plano, entendemos que seria oportuna a alteração dos referidos documentos do atual formato TXT para o formato XML, a exemplo dos demais documentos Cosif que serão encaminhados nesse formato, a partir de 2025.

8. Com isso, todos os arquivos do Sistema Cosif estarão no mesmo formato e os custos de geração por parte das instituições poderão ser reduzidos, bem como os custos internos de processamento por parte do Banco Central.

9. O Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, regulamenta a realização de análise de impacto regulatório (AIR) como pré-requisito à edição de ato normativo. Entretanto, em seu art. 4º, o Decreto estabelece as hipóteses de dispensa de realização de AIR. A presente IN BCB se enquadra nas hipóteses previstas nos incisos II - ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias; III - ato normativo considerado de baixo impacto; e VII - ato normativo que reduza exigências, obrigações, restrições, requerimentos ou especificações com o objetivo de diminuir os custos regulatórios.

10. Tendo em vista a edição dos normativos citados nos parágrafos 2 e 3, e visando permitir que as instituições apurem e informem corretamente o Balancete Especial de Substituição do Liquidante e o Balanço de Abertura do Regime de Liquidação Extrajudicial, não outra há alternativa senão alterar os documentos 4090 e 4096, justificando, assim, o enquadramento no inciso II do art. 4º do Decreto nº 10.411, de 2020. Além disso, como os referidos documentos são utilizados pelas instituições para o envio de informações relativas à substituição do liquidante e as relativas ao balanço de abertura de liquidação extrajudicial, entende-se que a alteração desses documentos, tanto de formato, como de conteúdo, é a maneira mais simples e de menor custo de implementação, tanto para as instituições como para este Banco Central, o que

justifica, também, seu enquadramento no inciso III do art. 4º do referido Decreto. Por fim, o enquadramento do presente normativo no inciso VII do citado Decreto se justifica, uma vez que deixarão de ser exigidos documentos em formato antigo e em desuso, o que gerará redução de custos, conforme já esclarecido.

11. Assim, com base no disposto nos parágrafos 9 e 10, entendemos que a edição da presente Instrução Normativa está dispensada da realização de AIR.

ANDRÉ MAURÍCIO TRINDADE DA ROCHA

Chefe do Departamento de Monitoramento do  
Sistema Financeiro - Desig

CLIMERIO LEITE PEREIRA

Departamento de Resolução de Ação  
Sancionadora - Derad